



## Relatório do Seminário: "Ações de Prevenção e Combate à Tortura".

No dia 26 de junho de 2015, a Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, realizou em parceria com o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura – CEPCT-GO, e as instituições que o compõem, o Seminário "**Ações de Prevenção e Combate à Tortura**".

A data em apreço remete ao início da vigência da Convenção contra a Tortura e outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, que se deu em 26 de junho de 1987, e desde então, passou a ser celebrado como o Dia Internacional contra a Tortura.

Na oportunidade foi apresentado o *livro "Direitos Humanos e o enfrentamento da tortura no Brasil"* de autoria do professor Eurípedes Clementino Ribeiro Júnior, realizando ainda debates em torno da Lei Federal nº 12.847/13, que instituiu o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

Através do seu presidente, Deputado Estadual Renato de Castro, este expediente de tutela do Direitos Humanos debateu a temática da Tortura com autoridades no assunto, as quais de forma abalizada puderam contribuir com aprofundamento da discussão.

Na ocasião várias autoridades do Estado de Goiás estavam presentes para assistir, e, especialmente, contribuir com o debate de um tema que alcança todas esferas de governo, dentro e fora do país.



**Seminário:**  
**Ações de prevenção e combate à tortura**  
**26/06, das 8h30 às 12h**  
Local: Auditório Costa Lima, Assembleia Legislativa do Estado de Goiás

**Palestrantes:**

- 1 Defensoria Pública Estadual: "Ações minimizando a tortura na abordagem policial". Doutora Gabriela Marques Rosa Hamdan, Defensora Pública do Estado de Goiás.
- 2 2º Juizado de Infância e Juventude: "SISTEMA SÓCIO EDUCATIVO: PROGRAMA MEU GURI." Doutora Maria do Socorro de Sousa Afonso da Silva, 2ª Juíza de Direito da Infância e Juventude.
- 3 Tribunal de Justiça: "A questão criminal na modernidade brasileira". Doutor Adegmar José Ferreira, Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal da Comarca de Goiânia.
- 4 Ministério Público do Estado de Goiás: "Aspectos gerais da Lei Federal 12.847/13 (institui o sistema nacional de prevenção e combate à tortura)." Doutor Eduardo Silva Prego, Promotor de Justiça - Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e do Cidadão.
- 5 Apresentação do livro: "Direitos humanos e o enfrentamento da tortura no Brasil", do professor Eurípedes Clementino Ribeiro Júnior.

**26/06**  
DIA INTERNACIONAL  
CONTRA A TORTURA

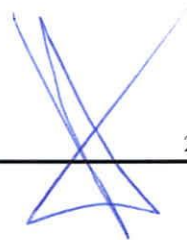
**CEPCT-GO**  
Comitê Estadual de Prevenção  
e Combate à Tortura

 Comissão de  
Direitos Humanos,  
Cidadania e Legislação  
Participativa  
RESERVA DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

 **ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA**  
ESTADO DE GOIÁS  
O PODER DA CIDADANIA

O evento será realizado em parceria com o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura – CEPCT-GO, e as instituições que o compõem. Na oportunidade haverá discussão e debate em torno da Lei Federal Nº 12.847/13, que instituiu o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura.

Compuseram a mesa de trabalho, além do presidente da CDH/Alego, o presidente do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, Símaro Suail Jordão, CEPCT-GO; secretário municipal de Direitos Humanos, Pedro







Wilson, representante do prefeito de Goiânia, Paulo Garcia; vereadora de Goiânia Doutora Cristina (PSDB); delegada Lilian de Fátima Rosa Sena Lima, representando o secretário de Segurança Pública de Goiás, Joaquim Mesquita; e a Superintendente Executiva dos Direitos Humanos, Onaide Santillo.



Inicialmente, Renato de Castro, na abertura do seminário, destacou que Brasil é um país que está em vias de desenvolvimento, sendo assim, o combate a tortura é condição essencial para que esse potencial crescimento aconteça de forma plena e sustentável ao longo do tempo.

Na sequência, o presidente do CEPCT-GO, agradeceu o representante da CDH/Alego pelo apoio que tem dispensado ao comitê, igualmente, aos seus membros que têm trabalhado diuturnamente para que sejam alcançadas soluções às mais variadas violações de direitos humanos que chegam ao conhecimento da instituição.





Símaro Jordão declarou que o Dia Internacional de Combate à Tortura deve ser usado para conscientizar a população no intuito de erradicar esse tipo de violência. Ponderou que “o principal objetivo do seminário era trazer à sociedade o trabalho que está sendo realizado pelo Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura nos seus vários eixos, tanto na prevenção, como no acompanhamento das denúncias que nos chegam, levando à toda população a conscientização para combatermos veementemente e até mesmo erradicar qualquer tipo de tortura no Estado de Goiás”, explicou Símaro Jordão.



A vereadora Dr<sup>a</sup> Cristina (PSDB), Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal lembrou que os menores em conflito com a lei não devem ser esquecidos, pois muitos ainda sofrem com a violência e a tortura.

De acordo com a parlamentar, a Comissão de Combate e Prevenção à Tortura trabalha em várias frentes, porém, a mais complexa se trata





de crianças e adolescentes que se encontram em conflito com a lei. Para a vereadora, os responsáveis pela Segurança Pública no Estado e municípios precisam implantar um modelo adequado para eliminar os casos de tortura e violência.

Argumentou ainda: “Nós temos tido várias reuniões com os entes que trabalham com a segurança, para que esse trabalho de recuperação e de reabilitação realmente se implante no nosso Estado. A Comissão também trabalha acolhendo várias denúncias onde o direito humano não é respeitado. Agora trabalhamos para que esta Casa de Leis possa aprovar a nossa lei estadual em consonância com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República,” destacou a vereadora do município de Goiânia.

O professor Eurípedes Clementino Ribeiro Júnior explanou sobre as motivações que o levaram escrever a tese de mestrado que deu origem ao livro ***Direitos Humanos e o enfrentamento da tortura no Brasil***”, destacou que a tortura existe desde os primórdios da humanidade, e, foi com a evolução da sociedade que começaram a acontecer mudanças nas práticas que vilipendiavam a condição humana.

O professor disse que os atos de tortura devem ser punidos com rigor e declarou que o Dia Internacional de Combate à Tortura deve ser um instrumento para acabar de vez com esta prática no Estado. De acordo com o estudioso, a classe política brasileira ainda deve muito para a sociedade brasileira em relação a prevenção da tortura. Para ele, as punições deveriam ser mais rígidas.

E ainda argumentou: “A gente percebeu durante o trabalho desta obra, que realmente estamos muito distantes desta realidade ideal, que seria a busca de uma situação para que não pudesse haver tortura em momento algum, principalmente por meio de agentes públicos.



O Estado deveria agir de forma extremamente contundente para inibir essa prática. Pelo menos punir de forma exemplar as pessoas que praticam esse ato,” encerrou o autor do livro.

Em seguida houve a apresentação do livro “Direitos humanos e o enfrentamento da tortura no Brasil”, de autoria do professor Eurípedes Clementino Ribeiro Júnior, que vem desenvolvendo diversos trabalhos na área.

A Defensora Pública do estado de Goiás, Dra. Gabriela Marques Rosa Hamdan, abordou o tema: “Ações minimizando a tortura nabordagem policial”, ressaltando que cabe ao poder público fazer maiores investimentos para coibir ações de violências no decorrer das abordagens.

A falta de incentivo e o peso histórico que os policiais “carregam nas costas” muitas vezes influenciam na prática de atos delituosos. A defensora acredita que mudanças são necessárias e que as universidades seriam o melhor caminho.

Titular do 2º Juizado da Infância e Juventude de Goiânia, a juíza Dra. Maria Socorro de Sousa Afonso da Silva, de forma exímia abordou temática interessante através de explanações acerca do “Sistema Sócio Educativo: Programa Meu Guri”.

Haroldo Caetano da Silva, promotor de execução penal – Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e do Cidadão do Ministério Público do Estado de Goiás debateu os “Aspectos gerais da Lei Federal 12.847/13 (Institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura).

O promotor de justiça afirma que é preciso proporcionar maiores oportunidades de debates para que toda a sociedade possa fazer suas reclamações perante o poder público para que esse adote as providencias cabíveis para coibir.





Destacou também que aos poucos o Brasil caminha no combate à tortura, a exemplo disso fora a edição da citada lei, instituindo o sistema nacional de prevenção e combate à tortura, devendo-se agora colocar em prática tudo que ela disciplina.

O juiz Dr. Adegmar José Ferreira, da 10ª Vara Criminal de Goiânia falou sobre: “A questão criminal na modernidade brasileira”. O palestrante falou com clareza de diversos tipos de tortura, não somente a tortura física, mas destacou também a tortura psicológica, que também vem afetando muito a sociedade brasileira.

Além de juiz, o palestrante também é professor e observou que nas duas atividades acompanha diretamente ações de tortura, alertando que “em muitos casos a sociedade esquece que existe a chamada tortura psicológica.”

O juiz avisa que todos devem ficar de olhos bem atentos para ajudar a coibir qualquer forma de tortura, pois o combate à tortura precisa da ajuda de todos. O magistrado apresenta diversos exemplos de torturas envolvendo principalmente pobres, negros, mulheres, homossexuais e presidiários brasileiros.

Por fim, observou-se que os expositores, em suma relataram diversos problemas envolvendo a tortura, destacaram pontos importantes de avanço em seu combate e buscaram demonstrar que com o apoio do Poder Público e a participação da sociedade, a problemática da Tortura deve ser enfrentada de forma firme e eficaz.

---

**RENATO DE CASTRO**  
Deputado Estadual  
Presidente da Comissão de Direitos Humanos,  
Cidadania e Legislação Participativa.